



Proposta de comprometer BC com crescimento vai a Plenário



Delcídio do Amaral preside reunião da CAE que também aprovou mudanças nos objetivos do Conselho Monetário Nacional

Comissão de Assuntos Econômicos aprovou a inclusão de duas novas atribuições à missão do Banco Central

Apresentado pelo senador Lindbergh Farias, o projeto que vai agora ao exame do Plenário prevê que, além de garantir a estabilidade monetária e a solidez do sistema financeiro nacional, caberá também ao Banco Central atuar no sentido de promover o crescimento econômico e a geração de empregos. **6**

Comissão aprova a criação de duas novas zonas de exportação **6**

Senador elogia participação do Brasil na reunião do G-20 **8**



José Cruz/Senado Federal

Relatório preliminar do Plano Plurianual é acatado na CMO

A Comissão Mista de Orçamento aprovou na terça-feira relatório preliminar ao PPA. Previsão de gastos governamentais entre 2012 e 2015 é de R\$ 5,4 trilhões. Já o parecer inicial sobre o Orçamento do ano que vem ficou para ser votado na quarta-feira. **7**

Walter Pinheiro (E) apresenta relatório na reunião da Comissão de Orçamento, presidida por Vital do Rêgo: prazo para emendas vai até o final da semana que vem

Governo dá incentivo a plantios que emitem pouco carbono

Em audiência, representantes dos ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente

disseram que a agricultura de baixo carbono (ABC) do Brasil é modelo para o mundo. **5**

Área do Parque da Serra da Canastra perto de definição **4-5**



Eduardo Assad (E), do Ministério do Meio Ambiente, senador Sérgio Souza e deputado Márcio Macêdo durante debate sobre baixo carbono

Pedro França/Senado Federal

Plano de saúde para aposentados e demitidos gera impasse

Empresas se recusam a arcar sozinhas com o custo, e Comissão de Direitos Humanos decide marcar para o dia 8 reunião com governo, planos de saúde, trabalhadores e aposentados. **3**

Presidente da comissão, Paulo Paim fala na audiência aos representantes dos setores envolvidos



José Cruz/Senado Federal

Site amplia transparência sobre Senado

Serviço lançado na terça pela Secretaria-Geral da Mesa reúne, na página do Senado, informações sobre autoridades sabatinadas pela Casa e quadros comparativos com as leis de diretrizes orçamentárias. **2**

Entre outros itens, novo serviço traz quadros comparativos das leis anuais de diretrizes orçamentárias; para o presidente do Senado, José Sarney, iniciativa amplia transparência

Site do Senado reúne mais informações sobre Orçamento

DESDE TERÇA-FEIRA O site do Senado conta com mais um serviço para ampliar a informação sobre suas atividades legislativas e as do Congresso Nacional. Agora, qualquer cidadão pode saber a composição atual e passada dos órgãos do Executivo e do Judiciário que têm integrantes aprovados pela Casa. Também é possível acessar leis de diretrizes orçamentárias anuais e resoluções que tratam da Comissão Mista de Orçamento.

– Essa é mais uma iniciativa no sentido da promoção da transparência e do amplo acesso a informações relativas ao funcionamento desta Casa legislativa – disse o presidente do Senado, José Sarney, ao anunciar em Plenário o novo serviço.

Ao acessar o site do Senado (www.senado.gov.br), o cidadão deve clicar no menu Atividade Legislativa. E, dentro dele, no título Consolidações Temáticas, que está dividido em Senado Federal e Congresso Nacional.

No lado do Senado, o internauta pode conhecer a composição histórica de 25 órgãos, como tribunais e agências



Waldemir Barreto/Senado Federal

Sarney anuncia em Plenário serviço disponibilizado pela Secretaria-Geral

reguladoras. Em cada caso, é possível saber a data exata da aprovação do nome e acessar a tramitação do processo no Senado, incluindo currículo do indicado, pareceres de senadores e resultado da votação.

No caso do Congresso Nacional, estão disponíveis quadros comparativos entre as leis de diretrizes orçamentárias de 2007 a 2010 (segundo mandato

do presidente Lula) e entre as de 2011 e 2012 (governo Dilma). Também há um quadro comparativo sobre as resoluções que regulamentam o funcionamento da CMO desde a sua criação, em 1991.

Agilidade

Para a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, o maior benefício para a população está na agilidade da pesquisa, já que todas as informações sobre esses assuntos estão disponíveis num mesmo lugar. Ela também resalta o ganho em transparência e precisão.

– Quem quiser poderá avaliar a evolução da LDO comparando as prioridades de cada governo de forma pronta e imediata, sem precisar buscar documentos em vários lugares – explicou a secretária-geral.

Em breve, serão acrescentadas informações sobre os presidentes do Senado, as eleições da Mesa e outras comissões, além da CMO. Claudia Lyra lembrou que sugestões de novas pesquisas podem ser enviadas pelo e-mail ple@senado.gov.br.

Parlasul tentará retomar os trabalhos no dia 29

O Parlamento do Mercosul (Parlasul) poderá realizar a sua primeira sessão deste ano em 29 de novembro. A data, a ser confirmada, foi definida pela Mesa Diretora do Parlasul na segunda-feira, em reunião realizada em Montevideu, Uruguai. A informação é do deputado Dr. Rosinha (PT-PR), indicado pela Representação Brasileira para a vice-presidência do Parlasul.

– Marcamos uma data para tentar retomar as atividades do parlamento – disse Rosinha. A última sessão ocorreu no final do ano passado.

Além de Rosinha, participaram da reunião os senadores Roberto Requião (PMDB-PR),

presidente da Representação Brasileira, Ana Amélia (PP-RS) e Inácio Arruda (PCdoB-CE), além do deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP). Os parlamentares brasileiros apresentaram aos colegas dos três outros países do bloco – Argentina, Paraguai e Uruguai – uma sugestão de acordo sobre mudanças no Regimento Interno do Parlasul, sem as quais não haverá entendimento para o reinício dos trabalhos.

Segundo a proposta, seria incluído dispositivo que exigiria – em todos os tipos de maiorias estabelecidos para a aprovação de matérias – pelo menos um voto de cada país. Cada delegação nacional disporia ainda

da possibilidade de poder de veto à inclusão de matérias na ordem do dia, desde que pedido nesse sentido fosse apresentado com as assinaturas de todos os parlamentares presentes daquele país.

As duas sugestões são uma tentativa brasileira de se alcançar um entendimento sobre a mudança do regimento, considerada essencial pela Representação Uruguia, para que se retomem os trabalhos. Isto porque, a partir deste ano, os dois maiores países – Argentina e Brasil – têm direito, segundo acordo político firmado no ano passado, a bancadas maiores – 26 e 37 parlamentares, respectivamente.

Vanessa comemora decisões favoráveis a Cuba e à Palestina

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) comemorou o reconhecimento da Palestina como membro pleno da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), e a decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) que, pelo 20º ano consecutivo, pede o término do embargo econômico dos Estados Unidos contra Cuba.

A Unesco, disse, foi a primeira agência da ONU a reconhecer a Autoridade Nacional Palestina, transformando-a no 195º membro da entidade. Foram 107 votos a favor, de nações como Brasil, China, Rússia e França; 14 contrários, como Israel e Estados

Unidos, e 52 abstenções. Vanessa assinalou que, em consequência, os EUA anunciaram a suspensão do repasse de US\$ 70 milhões à organização, por força de leis locais que proíbem a aplicação de recursos federais norte-americanos em qualquer agência das Nações Unidas que reconheça os palestinos antes que um acordo de paz seja firmado entre eles e Israel. O montante corresponde a pouco mais de 20 % do orçamento da entidade.

– Não tenho dúvidas que a Unesco saberá conviver com essa falta, saberá passar por cima das dificuldades e continuar atuando em sua missão no



Waldemir Barreto/Senado Federal

Senadora acredita que retaliação dos EUA não prejudicará a Unesco

mundo inteiro – disse.

A parlamentar também comemorou a aprovação de resolução da ONU pedindo o fim do embargo econômico dos Estados Unidos a Cuba, aprovado há anos de forma consecutiva, mas que continua a ser ignorada pelos norte-americanos.

Marinor lamenta mudança forçada de Marcelo Freixo

A senadora Marinor Brito (PSOL-PA) lamentou anteaquem a mudança forçada do deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL-RJ) e de sua família para o exterior. Ela lembrou que o colega de partido tem sido alvo de seguidas ameaças de morte desde que presidiu a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Milícias, em 2008. Freixo passará cerca de um mês na Europa a convite da Anistia Internacional.

A CPI apurou detalhes da atuação de grupos paramilitares e de milícias que atuam nas comunidades do Rio de Janeiro. Como resultado, foi proposto o indiciamento de 225 pessoas, incluindo policiais, políticos e líderes comunitários. Marinor criticou o governo por não atacar os problemas apontados pela comissão.

– O governador Sérgio Cabral, que prioriza operações espetaculares, não executou uma única recomendação da CPI com o objetivo de esvaziar o poder das milícias.

Ela destacou que as milícias ocuparam os espaços deixados pelo tráfico de drogas nas favelas por “absoluta falta” de serviços públicos como educação, saneamento básico e transportes. Ela lembrou ainda que o financiamento desses grupos se dá pela cobrança de serviços clandestinos de TV a cabo e distribuição de gás.

Marinor repudiou a violência contra defensores da justiça e de direitos humanos e lembrou o assassinato do seringueiro Chico Mendes. Ao mesmo tempo, pediu que as pessoas não deixem de denunciar a criminalidade.

– Se as pessoas se calarem por medo, estaremos regredindo ao tempo do silêncio e da naturalização da violência.

Randolfe pede garantia de vida para deputado

A situação do deputado estadual Marcelo Freixo, ameaçado de morte, também foi tema de pronunciamento de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) na terça-feira. O senador pediu que o governo federal dê garantias de vida ao parlamentar.

– Somente no mês passado, foram descobertos sete planos de tirar a vida do deputado – disse Randolfe.

Marcelo Freixo denunciou várias ações do crime organizado no Rio de Janeiro. Sua atuação permitiu o indiciamento de centenas de pessoas ligadas a grupos paramilitares. Ele foi presidente da CPI das Milícias e inspirou o personagem Fraga, no filme Tropa de Elite 2.

O senador disse que a coragem do deputado deve inspirar os parlamentares do Brasil. Para Randolfe, a situação de Freixo mostra que o Estado fracassou. Ele avalia que quem está ameaçado de morte é o Rio de Janeiro.

– Um estado que não pode garantir a vida de um deputado poderá conseguir garantir a vida dos cidadãos comuns?

O senador apresentou requerimento solicitando que a Subcomissão de Segurança Pública realize audiência no Rio sobre as milícias.



Pedro França/Senado Federal

Para Randolfe, coragem de Marcelo Freixo deve inspirar parlamentares

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Dia sem pauta de votações

14h A sessão de hoje será não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores e comunicados da Mesa e de lideranças.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite às 14h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Alvaro Dias pede celeridade para diversos projetos em tramitação

Alvaro Dias (PSDB-PR) apontou uma lista de projetos em tramitação no Senado ou na Câmara, que a seu ver deveriam ter prioridade de votação.

O senador cobrou a aprovação da regulamentação da Emenda Constitucional 29 – que define percentuais de aplicação do orçamento dos entes federados na saúde – ainda esse ano, para que o texto vigore imediatamente a partir de 2012. Na opinião de Alvaro, seria importante reabilitar o texto original, do então senador Tião Viana.

Alvaro também pediu a aprovação de dois textos de sua autoria: a PEC 517/10, que autoriza a produção e comercialização de radioisótopos para pesquisa e uso médico, e o PLS 11/11, que estende a portadores de hepatite B ou C crônicas os mesmos benefícios concedidos a quem tem Aids. Defendeu a PEC 270/08, da deputada Andreia Zito (PSDB-RJ), que garante ao servidor aposentado por invalidez permanente o direito a proventos integrais com paridade, e o PL 3.299/08, de Paulo Paim (PT-RS), que determina o fim do fator previdenciário. Mencionou ainda o PLC 40/10 – Complementar, do então deputado Leonardo Mattos, sobre aposentadoria de pessoas com deficiência.



Alvaro quer Emenda 29 aprovada este ano

Suplicy: "Lula é um vencedor e doença é só mais um obstáculo"

Ao manifestar sua solidariedade ao ex-presidente Lula, Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que a doença é apenas mais um dos muitos obstáculos que Lula venceu em sua vida. O senador disse que o ex-presidente vivenciou as mesmas dificuldades de grande parte do povo brasileiro e trouxe para a sua vida política a identidade com as populações em situação de vulnerabilidade social.

– Passado o momento inicial de apreensão, no qual cabem os sentimentos de solidariedade e a torcida pelo seu rápido restabelecimento, avalio que se trata de uma oportunidade para que o ex-presidente Lula exerça o seu exemplo de perseverança e coragem, que tem caracterizado sua existência como pessoa e como homem público – disse.

Suplicy ressaltou o fato de Lula ter sempre mantido um compromisso firme com a democracia e, na Presidência da República, não ter aceitado teses de mudanças constitucionais que permitissem sua permanência no poder. O senador também elogiou Lula por ter garantido os meios para que a Procuradoria-Geral da República e a Polícia Federal pudessem combater a corrupção no país.



Para Suplicy, Lula tem perseverança e coragem

Impasse em audiência leva Comissão de Direitos Humanos a marcar reunião para o dia 8 em busca de consenso entre governo, planos de saúde, trabalhadores e aposentados para definir possível compartilhamento dos custos

Empresas se recusam a bancar plano de saúde de aposentados e demitidos

QUEM VAI FINANCIAR os planos de saúde corporativos para trabalhadores demitidos sem justa causa e aposentados? O questionamento foi feito ontem pelo diretor executivo da Federação Nacional de Saúde Suplementar (Fenasaude), José Cechin, em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), sobre a regulamentação dos artigos 30 e 31 da Lei 9.656/98, que regula os planos e seguros privados de assistência à saúde.

Esses dois dispositivos legais já permitem a permanência de demitidos sem justa causa e aposentados em planos de saúde empresariais – com a mesma cobertura assistencial –, mas desde que assumam seu pagamento integral. Se sua revisão estabelecer que se compartilhe o financiamento para esses segmentos, José Cechin considera necessário definir quem vai pagar essa conta: a empresa, o governo (na forma de subsídios) ou as operadoras de serviços de saúde.

O diretor-presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Maurício Ceschin, tem a mesma preocupação. Ele comentou que as empresas resistem em implementar um plano de assistência integrado para não ter de subsidiar a mensalidade de empregados já desligados via demissão ou aposentadoria.



Paulo Paim (C) observou que, mesmo dispostos a pagar, muitos trabalhadores são rejeitados pelos planos

– A ANS não pode impor regra aos empregadores, pois a manutenção de ex-empregados e aposentados gera um passivo para a empresa – justificou.

A agência propõe regulamentação com um mecanismo para aliviar o impacto dos reajustes sobre os contratos dos aposentados, que pagam mais em função do aumento da idade e da maior vulnerabilidade a problemas de saúde. A novidade é a criação de um “pool de risco” para nortear esses reajustes, levando em conta não só os aposentados

vinculados a um plano corporativo, mas todos os beneficiários de uma empresa de seguro-saúde nestas condições.

A indefinição em torno do financiamento compartilhado acabou levando o presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), a propor uma reunião às 14h da próxima terça-feira com representantes do governo, planos de saúde, trabalhadores e aposentados.

Apesar de avaliar a proposta da ANS como razoável, o coordenador interino do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), Lourenço Ferreira do Prado, criticou dispositivo da Lei 9.656/98 que restringe a ministros de Estado a participação no Conselho de Saúde Suplementar (Consu), encarregado de estabelecer e supervisionar a execução de políticas e diretrizes gerais do setor.

Ao repercutir essa queixa, o assessor jurídico da Unimed, José Cláudio Ribeiro Oliveira, comentou que existe diversidade de participação apenas na Câmara de Saúde Suplementar. A diferença básica entre essas instâncias, segundo assinou, é o fato de o poder decisório estar concentrado no Consu.

Comissão aprova debates sobre plano médico do Senado e Plano Plurianual

Após o debate, foram aprovados dois requerimentos. Um, apresentado em conjunto com o presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do TCU (Sindilegis), Nilton Rodrigues da Paixão Júnior, solicita debate sobre recentes mudanças no Sistema Integrado de Saúde (SIS), que

atende aos servidores do Senado. Outro, conjunto de Paim com Lídice da Mata (PSB-BA), sobre a discussão de medidas de apoio à mulher, portadores de necessidades especiais, aposentados e outros segmentos sociais discriminados no Orçamento para 2012 e no Plano Plurianual (PPA) 2012–2015.

Centrais sindicais dizem que proposta restringe permanência nos planos

A proposta da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) estabelece restrições que dificultam a continuidade dos aposentados e demitidos nos planos e parece atender exclusivamente aos interesses das operadoras. Essa é a avaliação dos representantes de centrais sindicais que participaram de audiência pública na CDH.

As centrais também apontaram “falta de clareza” na proposta e sugeriram que a ANS avalie o impacto regulatório da norma sobre a trajetória dos aposentados e demitidos dos planos de saúde coletivos privados. A proposta foi elaborada por câmara técnica composta por representantes da ANS, dos patrões, das operadoras e dos consumidores.

– É louvável a regulamentação, no entanto, a forma como está sendo discutido esse tema tão complexo e de impacto para tantos brasileiros deve ser revista – defendeu Julio César Silva, da Nova Central Sindical de Trabalhadores.

De acordo com os representantes dos trabalhadores, a ANS estabelece, entre outros aspectos importantes, que, quando o trabalhador se aposentar, ele passará a pagar o valor correspondente à sua faixa etária. Para as centrais, a medida significará substancial acréscimo no valor integral a ser pago pelo aposentado.

– A sociedade brasileira está ficando

mais velha. Cada vez que a sociedade vai ficando mais velha, esse plano de saúde vai ficando mais caro – lamentou Raimundo Nonato dos Santos, da União Geral dos Trabalhadores, que pediu mais diálogo entre operadoras, centrais e governo.

Lacunas

A presidente da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (Unidas), Denise Rodrigues Eloi de Brito, também avaliou que a proposta da ANS tem lacunas, como a falta de referência ao direito de herdeiros do empregado morto de permanecer no plano de saúde.

– São preocupações para o setor se adequar ao cumprimento da lei de forma que viabilize a assistência a aposentados e ex-empregados sem trazer prejuízo para o equilíbrio financeiro dessas caixas de assistência – disse.

A capacidade financeira dos demitidos para continuar a contribuir com o plano é outra preocupação das centrais sindicais.

– Se ele é demitido, como vai continuar pagando o plano de saúde? – questionou Raimundo Nonato.

Paulo Paim observou que, mesmo após a demissão, muitos trabalhadores podem continuar contribuindo, mas são impedidos pelas operadoras.

– O plano diz: nem pagando eu te aceito – disse o senador.

Debatedores apontam contradição na norma em discussão

Outro ponto da resolução criticado pelas centrais sindicais é o artigo 17 da norma. O *caput* do dispositivo estabelece que o plano oferecido ao aposentado ou demitido deve ter o mesmo padrão assistencial do anterior – como ressaltou Arnaldo Gonçalves, da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas. Já o parágrafo único afirma que é facultada a contratação de outro plano, com padrão assistencial diferenciado.

– É contraditório em si. Aqui, a ANS nega, com todas as letras, o que a legislação determina, ou seja, as mesmas condições de cobertura assistencial para os aposentados e demitidos – disse Arnaldo Gonçalves.

Representantes de trabalhadores e de instituições de autogestão em saúde como Victor José Ferreira, do Movimento de Preservação Ferroviária; Edison Guilherme Haubert, do Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas; e Nilton Paixão, do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis), também apoiaram a busca de uma proposta que permita a sustentabilidade dos planos, mas com respeito aos direitos adquiridos e aos previstos no Código de Defesa do Consumidor e no Estatuto do Idoso.

Comissão faz seminário sobre gestão da água

A CMA vai promover, de quarta a sexta-feira da próxima semana, o 1º Seminário Internacional Água e Transdisciplinaridade: para uma ecologia de saberes. O evento é uma parceria com o Centro de Estudo Transdisciplinar da Água (CET-Água), formado por dez instituições governamentais e não governamentais, entre elas a Agência Nacional de Águas (ANA).

Um dos objetivos do evento é estimular a reflexão sobre os modelos de gestão dos recursos hídricos com base na resolução dos conflitos ambientais, sociais e econômicos que podem tornar a água um produto escasso. Pesquisadores debaterão o potencial hídrico brasileiro, que representa cerca de 12% dos mananciais de água doce no mundo, e a implantação do Plano Nacional de Recursos Hídricos.

Potencial

O presidente da CMA, Rodrigo Rollemberg, disse que o momento é oportuno para debater o tema, uma vez que o Senado está analisando o projeto que propõe a reforma do Código Florestal (PLC 30/11).

– Precisamos valorizar nosso potencial hídrico sob uma ótica abrangente e dentro de um conjunto de ações que envolvem o assunto. Nesse contexto, cabem diversas iniciativas e uma delas é a proteção das áreas de preservação permanente, que são responsáveis pela manutenção das fontes de água – disse.

Entre os convidados, estão Pedro Arrojo, professor da Universidade de Zaragoza, na Espanha; Rodrigo Nogueira, gerente da Unidade de Desenvolvimento Sustentável do Banco do Brasil; Nelton Friedrich, diretor de Coordenação da Usina de Itaipu; e Celso Schenkel, coordenador de Ciências Naturais da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

As inscrições são gratuitas e podem ser efetuadas no site www.ana.gov.br/seminarioIAT. A abertura será no Auditório Petrônio Portella e estão previstas atividades no Museu da República.

Rollemberg busca proposta de consenso para Parque Nacional da Serra da Canastra

Em audiência pública, senador apresenta sugestão para encerrar conflito de 40 anos entre órgãos ambientais, população e mineradoras



Relator de dois projetos sobre o tema, Rollemberg (4º à esq.) também vai analisar propostas surgidas no debate

APÓS MAIS DE 40 anos de conflitos entre órgãos ambientais, população local e mineradoras, começa a surgir um consenso para a definição dos limites do Parque Nacional da Serra da Canastra, no centro-sul de Minas Gerais. O parque pode passar a ter 150 mil hectares e outros 50 mil seriam transformados em monumentos naturais, em vez de áreas de proteção ambiental (APA). A sugestão foi apresentada na terça-feira pelo presidente da Comissão de Meio Ambiente (CMA), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), durante audiência sobre o assunto.

O senador é relator na CMA de dois projetos sobre o tema

(PLC 147/10 e PLC 148/10) apresentou minuta de projeto com a sugestão de delimitar a área do parque, entre outras medidas.

Para o presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Rômulo Borja, a transformação de áreas em monumento natural pode acabar com o conflito. Ele destacou que o órgão já havia proposto a divisão do parque em parcelas, onde há interesse de mineradoras e fazendas. Segundo ele, há necessidade de preservar a natureza em razão de ali estarem nascendo rios importantes, como o São Francisco e o Paraná-Paraguai.

Parados há seis anos, mineradores da região querem voltar a trabalhar

Representante do Ministério de Minas e Energia, Edson Farias Mello elogiou a solução proposta por Rollemberg, “que preserva a atividade mineradora na região”. Para ele, o substitutivo deve levar em consideração o bioma, o substrato geológico e valores culturais da localidade.

De acordo com o presidente da Associação dos Extratores e Comerciantes de Quartzitos do Médio Rio Grande, Jorge de Oliveira Penha, os mineradores se instalaram na região

em 1978, com observância a todas as exigências legais, e a atividade sempre foi acompanhada pelo Ibama. No entanto, décadas depois, as mineradoras foram embargadas pelo governo federal. As empresas estão paradas há seis anos, o que deixou cerca de 2 mil desempregados e favoreceu a invasão clandestina das áreas.

– Nunca entendemos que era um parque. Se soubéssemos que era área de proteo, nem teríamos investido l. Queremos  voltar a trabalhar.

Representante dos canastreiros diz que sugestão pode eliminar conflitos

O presidente da Associao e Instituio Representativa dos Canastreiros (Airca), Reinaldo de Almeida, afirmou que a populao local está revoltada e desconfia de propostas do governo para a região. A maneira como  feito o manejo atualmente, disse, não respeita o meio ambiente, especialmente no que se refere às queimadas. Para ele, a proposta de Rollemberg poderá resolver “um conflito de décadas”. Reinaldo sugeriu ainda que os funcionários do

parque sejam transferidos para outros locais, tidos por novos, que não gerem conflitos com a populao local.

André Picardi, do Programa de Desenvolvimento e Revitalizao da Bcia Hidrográfica do Rio São Francisco e ex-secretário do Meio Ambiente de São Paulo, afirmou que as atividades econmicas sempre foram permitidas porque se considerava que o parque apenas 71.525 hectares, e não 200 mil hectares, como o Decreto 70.355/72, que o criou.



Cachoeira Acima da Casca d'Anta, no Parque Nacional da Serra da Canastra: desafio  conciliar preservao e atividades produtivas



Segundo Jucá, abastecimento de água será ampliado para 100% da capital

Jucá comemora convênio para saneamento em Boa Vista

Romero Jucá (PMDB-RR) destacou, na terá-feira, a assinatura de convênio entre o governo do estado e a Caixa Econmica Federal para liberao de recursos destinados a obras de saneamento e abastecimento de água do Programa de Acelerao do Crescimento (PAC 2) em Boa Vista.

Com a iniciativa, estima-se que o ndice de saneamento básico suba para 65% e o de abastecimento de água, para 100% em Boa Vista. Romero Jucá informou também que o convênio prevê R\$ 60 milhões para saneamento básico e R\$ 15 milhões para abastecimento de gua.



Davim diz que a diplomacia brasileira deverá pedir gncia mundial da gua

Davim pede gncia da ONU

Paulo Davim (PV-RN) pediu  diplomacia brasileira que insista na criao de uma gncia das Naes Unidas (ONU) voltada para o gerenciamento dos recursos hídricos do mundo.

Em pronunciamento, disse que o Brasil tem papel fundamental na preservao da água potável, uma vez que dispõe de grandes reservas.

Ele disse que um programa da ONUWater, mais conhecido como a iniciativa “Agência Mundial da água”,  uma “vergadura” administrativa.

– No âmbito das pesquisas, estariam sendo realizados estudos práticos, ao de medidas incisivas no uso dos recursos hídricos.

Projetos fixam novos limites para parque mineiro

Localizado em Minas Gerais, o Parque Nacional da Serra da Canastra é objeto de uma longa polêmica. Quando foi criado, por meio do Decreto 70.355/72, sua área prevista era de 200 mil hectares. No entanto, há propostas que, sob o argumento de que esses limites nunca foram implementados, defendem sua redução – em alguns casos, para pouco mais de 70 mil hectares.

De um lado, há preocupação com a preservação ambiental da unidade de conservação, que abriga a nascente de rios como o São Francisco; de outro, estão os interesses das pessoas que vivem no parque ou exercem lá atividades agrícolas e de mineração (há jazidas minerais no parque, inclusive de diamantes).

Consenso

Relator de dois projetos sobre o assunto, Rodrigo Rollemberg tem participado de audiências – realizadas em Brasília e em cidades do entorno do parque – para discutir a questão. O senador visitou o parque acompanhado por integrantes do Ministério de Minas e Energia e do ICMBio, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente. Rollemberg apresentou na terça-feira, na CMA, sua proposta para tentar um consenso.

Os dois projetos de que ele é relator – PLC 147/10 e PLC 148/10, ambos do deputado Odair Cunha (PT-MG) – alteram a área do parque para cerca de 150 mil hectares.

Ao apontar o contraste de opiniões, o senador observa que, para o ICMBio, responsável pela gestão do parque, os projetos reduzem sua área de 200 mil para 150 mil hectares. Já na visão dos autores, ampliam a área de pouco mais de 70 mil para 150 mil hectares. Rollemberg disse ainda que, durante as audiências realizadas na região, ouviu representantes de comunidades locais que receiam ter suas atividades econômicas (que, segundo eles, resultam em pouca degradação ambiental) prejudicadas caso a área do parque seja mantida em 200 mil hectares.

ONU para a água

...e a ONU já tem a denominada ... segundo ele, não tem “enem estrutura própria. ...to das atribuições não só relatórios, mas medidas efetivas e combate ao mau uso dos recursos hídricos e

até reprimendas – explicou. O senador lembrou que falhas no gerenciamento dos recursos hídricos por mau uso, desperdício ou má distribuição levam bilhões de pessoas a não terem acesso adequado a água limpa para garantir sua subsistência. Segundo Davim, mais de 300 milhões de africanos não dispõem de água potável.

Em audiência, representantes do governo disseram que a agricultura de baixo carbono do Brasil deveria servir de exemplo para o mundo; objetivos principais são combater mudanças climáticas e aumentar produtividade

Governo oferece financiamentos para plantações que emitem pouco carbono

A AGRICULTURA DE baixo carbono (ABC) do Brasil deveria servir de exemplo para o mundo, disse o diretor do Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade do Ministério da Agricultura, Carlos Magno Brandão.

A ABC é a agricultura que adota técnicas sustentáveis, de modo a reduzir a emissão dos gases que provocam o efeito estufa e as mudanças climáticas.

Uma das técnicas é o plantio direto na palha, que utiliza a palha da cultura anterior. Essa técnica dispensa o revolvimento do solo, evita a erosão, utiliza menos água, reduz o gasto de combustível e aumenta a produtividade.

Carlos Brandão falou anteriormente na audiência pública da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas que debateu o Plano de Agricultura de Baixo Carbono (Plano ABC), do governo federal.

– O Plano ABC permite o aumento de renda e da produção de forma sustentável – disse Brandão.

Para que o Plano ABC seja posto em prática, o produtor rural conta com linhas de financiamento com recursos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Para a safra 2011–2012, prevêem-se mais de R\$ 3 bilhões para incentivar processos tecnológicos que neutralizem ou minimizem os efeitos dos gases de efeito estufa no campo.

Para o secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, Eduardo Delgado Assad, o ABC é uma das maiores ações do mundo na área de agricultura sustentável.

– O Brasil hoje é um dos principais participantes do jogo econômico global. O país está fazendo o seu trabalho e



Carlos Magno Brandão, Eduardo Delgado Assad, senador Sérgio Souza e deputado Márcio Macêdo na audiência pública

fazendo muito bem – afirmou. Assad lembrou que os desastres naturais têm feito cada vez mais vítimas.

De acordo com ele, a agricultura de baixo carbono tem muito a contribuir com a qualidade do clima e da produção sustentável do Brasil.

– A agricultura ABC é uma realidade, mas precisa do apoio de todos os setores para funcionar bem. Não é algo que pertence a um ministério. Pertence ao Brasil – disse Assad.

Desmatamento

Sérgio Souza (PMDB-PR), que presidiu a audiência de anteontem, lembrou que a Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei 12.187/09) foi aprovada pelo Congresso no final de 2009 – o que mostra a preocupação do país com a sustentabilidade.

O senador comemorou outros avanços do país. Citou uma pesquisa do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) que aponta queda

de 43% no desmatamento na Amazônia em setembro em comparação com o mesmo mês de 2010.

Segundo outro representante do Ministério da Agricultura,

Elvison Nunes Ramos, a ideia é que a produção agrícola e pecuária garanta mais renda ao produtor, mais alimentos para a população e aumente a proteção ao meio ambiente.

Entidade diz que cana é bom exemplo de cultura sustentável

O consultor de Emissões e Tecnologia da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), Alfred Szwarc, disse que a cultura de cana se “encaixa perfeitamente” no conceito de agricultura de baixo carbono.

Segundo ele, muito do que o governo pensa sobre produção sustentável já é praticado na cana. Deu como exemplos o uso da tecnologia e o aproveitamento do bagaço na geração de energia.

– A indústria da cana é um dos setores líderes na prática de baixo carbono no Brasil.

Segundo o coordenador do Centro de Pesquisa e Análise Tecnológica da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Vinicius Leandro Skrobot, as políticas de incentivo do governo no setor de combustíveis buscam a garantia de fornecimento do etanol e sua competitividade (com melhores preços) no mercado mundial.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e os deputados Márcio Macêdo (PT-SE) e Anthony Garotinho (PR-RJ) acompanharam a audiência.

Marinor defende suspensão das obras de usina

As obras da Usina de Belo Monte (PA) estão afetando as condições de “moradia, emprego, lazer e sobrevivência” das populações tradicionais, indígenas e quilombolas no entorno da futura hidrelétrica, disse Marinor Brito (PSOL-PA). A senadora pediu que o governo suspenda as obras até que sejam julgadas as 12 ações civis públicas movidas pelo Ministério Público Federal (MPF) contra o empreendimento.

– Dados publicados pelo Movimento Xingu Vivo para Sempre estimam que, conforme os últimos ajustes no projeto do governo federal, a usina provocaria o alagamento de cerca de 640 quilômetros quadrados, área maior que a



Marinor apela para que governo aguarde julgamento de ações do MPF

cidade de Curitiba – relatou.

Segundo Marinor, serão afetados 12 bairros de Altamira (PA), ou seja, 50% da área urbana do município – inclusive trechos de uma universidade (UFPA), de uma rodovia federal, de um parque e diversas praias –, mais dez localidades na zona rural, com comprometimento de atividades agrícolas, extrativistas e comerciais.

Blairo quer regra para recuperação ambiental

Blairo Maggi (PR-MT) considera que o Programa de Regularização Ambiental (PRA), a ser previsto no novo Código Florestal, deve, além de definir prazos para o cumprimento dos compromissos de recuperação de passivo ambiental, explicitar que o descumprimento desses compromissos significará o retorno à situação original, ou seja, à execução das multas acrescidas de juros e correções.

O parlamentar esclarece que o projeto de reforma do código determina, como primeiro passo para a regularização das propriedades rurais, a inscrição do imóvel no Cadastro Ambiental Rural, que é declaratório. Ao se inscrever, o proprietário deverá apresentar planta com a localização dos remanescentes de vegetação



Senador defende pagamento e multa em casos de quebra de compromisso

nativa, áreas de preservação permanente e áreas consolidadas e de reserva legal, informando se há irregularidades quanto às exigências da lei ambiental.

– Se, lá no final, não for comprovada a situação que a pessoa se comprometeu cumprir, uma vez que foi um ato declaratório, ela volta ao débito original, com as multas corrigidas – afirma o senador.

De acordo com projeto acolhido pela Comissão de Assuntos Econômicos e que irá ao exame do Plenário, o Banco Central poderá ampliar sua missão para além da estabilidade monetária e do sistema financeiro



Lindbergh Farias (E), autor do projeto, argumenta que ele tem respaldo no objetivo do governo federal de buscar estabilidade com crescimento econômico

Ação do BC pode incluir crescimento econômico e geração de empregos

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou projeto do senador Lindbergh Farias (PT-RJ) para que seja incluída entre as competências do Banco Central a busca do crescimento econômico e a geração de empregos. Portanto, deixariam de ser objetivos exclusivos da ação do BC perseguir a estabilidade da moeda (controle da inflação) e garantir a solidez e a eficiência do sistema financeiro. O projeto ainda será submetido ao Plenário.

Ao defender o projeto (PLS 477/11 – Complementar), Lindbergh observou que bancos centrais são organismos de Estado com missão decorrente de competência estabelecida em lei. Ao mesmo tempo, salientou o senador, essa missão, em um país democrático, deve refletir o poder que a instituição financeira recebeu da sociedade.

– A atuação de um banco central não é neutra em relação ao lado real da economia. Os resultados da sua atuação não se restringem à esfera monetária e financeira – argumentou.

A evidência de que existe um “canal de ligação” entre a esfera monetário-financeira e a esfera da economia real é reconhecida pela legislação que orienta a atuação de importantes bancos centrais, observa o senador. Entre esses, citou o próprio Federal Reserve Bank – o banco

central dos Estados Unidos –, que inclui em sua missão o dever de atuar para influenciar “as condições monetárias e de crédito na economia em busca do emprego máximo, preços estáveis e taxa de juros de longo termo moderadas”.

Sintonia

Lindbergh disse que a presidente Dilma Rousseff vem sempre destacando que o objetivo do governo é “buscar a estabilidade com crescimento econômico”. Além disso, o próprio BC, sob o comando do atual presidente, Alexandre Tombini, já vem atuando dentro desse “balizamento” nos últimos tempos. A proposta, assim, dará respaldo para a manutenção das políticas adotadas.

– Se tivesse o olhar apenas para a inflação, o banco não estaria baixando os juros nesse momento – disse.

A relatora, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), em exame favorável, destacou que nos países com histórico de “inflação galopante”, a ênfase na estabilidade da moeda é uma necessidade, para transmitir o compromisso com a manutenção de seu poder de compra. A legislação do BC assinala essa prioridade, sem deixar de mencionar que o órgão deve contribuir para “a política econômica do governo”, disse.

Aprovada criação de duas áreas de incentivo à exportação

A CAE também aprovou projetos que sugerem a criação de zonas de processamento de exportação (ZPEs) nos municípios de São Borja (RS) e Sorriso (MT). Já existe lei geral disposta sobre a criação de zonas de livre comércio, com previsão de que o próprio governo defina as áreas por decreto, a partir de parecer do Conselho Nacional das ZPEs.

A lei foi citada em parecer do governo contra os projetos, como informou Romero Jucá (PMDB-RR). Ainda assim, ele disse que iria desconsiderar a orientação e votar a favor das propostas de criação

das ZPEs em São Borja e Sorriso.

Alvaro Dias (PSDB-PR) foi o relator do projeto (PLS 511/09), com manifestação a favor da ZPE em Sorriso, uma sugestão da então senadora Serys Slhessarenko. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) votou contra por entender que as ZPEs não são as melhores alternativas para estimular o desenvolvimento e absorvem recursos públicos que poderiam ser mais bem utilizados.

O projeto para a ZPE em São Borja foi apresentado na legislatura passada pelo então senador Sérgio Zambiasi. O exame

Alterações também nos objetivos do Conselho Monetário Nacional

Outro projeto aprovado pela CAE (PLS 301/11 – Complementar) inclui entre os objetivos do Conselho Monetário Nacional (CMN) “a busca do pleno emprego na economia”. Segundo o autor, Inácio Arruda (PCdoB-CE), isso significa “perseguir a utilização máxima do capital e do trabalho permitido pela economia”.

O CMN define as linhas gerais e coordena as políticas nos campos monetário, creditício, orçamentário, fiscal e para a dívida pública. É o CMN que define a meta anual para a inflação e os intervalos de tolerância. O Comitê de Política Monetária (Copom) atua para que a meta seja alcançada, utilizando, para isso, os meios à disposição do órgão, principalmente o manuseio da taxa básica de juros (Selic). Mantido pelo governo Lula, o regime de metas sempre foi criticado pelo PT e partidos mais à esquerda, por subordinar o crescimento ao rigor no combate à inflação.

O relator, Romero Jucá (PMDB-RR), deu parecer favorável à aprovação. O exame final caberá ao Plenário.

Cyro Miranda: governo deve se preparar para medidas mais duras

O senador Cyro Miranda (PSDB-GO) alertou o governo para o agravamento da crise econômica internacional, dada a possibilidade de a China também ser fortemente atingida. Para muitos analistas, afirmou o senador, a economia chinesa vive um período de crescimento do tipo “bolha”. Dado o cenário de incertezas, o senador salientou a importância de o governo considerar a adoção de medidas mais fortes de contenção de gastos públicos.

– Se nós não estivermos preparados para enfrentar realmente o que pode vir, que não me parece ser uma coisa muito agradável, nós poderemos entrar, de uma maneira muito ruim, nessa crise, embora as nossas reservas e algumas providências que já foram tomadas estejam perfeitamente equilibradas. Nós temos de fazer economia neste momento – alertou, apontando que o controle cambial tem favorecido as exportações.



Cyro Miranda

Casildo Maldaner cobra investimento em aumento da produção

O fato de o Brasil ocupar agora a 6ª posição no ranking das maiores economias do mundo, ultrapassando o produto interno bruto (PIB) do Reino Unido, foi comemorado ontem por Casildo Maldaner (PMDB-SC). A nova condição exige que o país amplie os investimentos em infraestrutura para desenvolver sua capacidade produtiva, disse.

Casildo apontou que, lamentavelmente, do aumento da carga tributária ocorrido nos últimos 15 anos, apenas 9% foram destinados para investimentos fixos e estruturais.

– Precisamos incrementar consideravelmente nossa capacidade produtiva. Isso passa diretamente pela ampliação e melhoria de nossa infraestrutura logística – e podemos falar de aeroportos, portos, ferrovias e ampliação da malha rodoviária –, reduzindo os custos de produção em todos os setores, da agricultura à indústria – defendeu.



Casildo Maldaner

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Presidência da Sessão

A sessão de terça-feira do Senado Federal foi presidida por Vanessa Grazziotin • Pedro Taques • Clésio Andrade • Ana Rita • José Sarney • Anibal Diniz

* Licenciado

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer
Reportagem: Cíntia Sasse
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Cláudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Senado precisa punir motoristas bêbados, diz Benedito de Lira

Benedito de Lira (PP-AL) disse que o Senado precisa encontrar mecanismos legais para punir motoristas bêbados, tendo em vista que a cada 13 minutos um brasileiro morre nas estradas ou nas calçadas do país.

Na avaliação de Benedito de

Lira, o trânsito brasileiro é um “corredor da morte”, e isso na maioria das vezes ocorre pelo alcoolismo, associado à irresponsabilidade de quem desenvolve altas velocidades em estradas não compatíveis com esse comportamento.

A Lei Seca provou resultados positivos, com aumento da fiscalização e mobilização da sociedade, evocando um sentimento de cautela por parte dos infratores, disse Benedito de Lira. O senador lamentou, no entanto, as estatísticas negativas do trânsito, perguntando se aqueles que têm a responsabilidade de fiscalizar relaxaram ou não estão fiscalizando.

Em aparte, Paulo Paim (PT-RS) manifestou apoio às observações de Benedito de Lira.



Parlamentar cita que um brasileiro morre nas estradas a cada 13 minutos

Eunício Oliveira reclama de rodovias precárias no Ceará

Eunício Oliveira (PMDB-CE) afirmou que pesquisa da Confederação Nacional de Transportes (CNT) revela que 79% da malha rodoviária federal no Ceará, num total de 3.269 quilômetros, estão em condições regulares, más ou péssimas.

– Esse estudo evidencia para todo o país um tormento diuturnamente enfrentado pelos cidadãos cearenses obrigados a transitar por essas precárias e perigosas vias federais – disse.

O parlamentar ressaltou que o governo do Ceará recuperou 784 quilômetros de estradas estaduais, ao custo de R\$ 84 milhões, entre maio e agosto. No entanto, reclamou que o Ministério dos Transportes prometeu em março que iniciaria em julho as obras, incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), mas até o momento nada foi feito. Eunício cobrou do ministério e do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) rapidez no início das obras de recuperação da malha rodoviária federal no estado.

Eunício manifestou também sua solidariedade ao ex-presi-



Senador cobra rapidez no início das obras de recuperação das estradas

dente Lula, que foi diagnosticado com câncer de laringe.

– Tenho certeza de que, neste exato momento, em todo o Brasil e principalmente no Nordeste, os corações generosos do nosso povo se unem numa prece a Deus pelo restabelecimento da saúde desse guerreiro nordestino que tanto fez e certamente ainda tanto tem por fazer em favor das pessoas mais humildes e marginalizadas da nossa sociedade, em prol do crescimento econômico para todos e também do engrandecimento da nossa pátria no concerto das nações – afirmou o senador.

Anibal Diniz anuncia conclusão da estrada no Acre em 2012

Anibal Diniz (PT-AC) disse terça-feira que a rodovia BR-364, ligando Rio Branco a Cruzeiro do Sul, no Acre, será concluída pelo governo do estado em 2012. De acordo com o senador, o tráfego na estrada, cuja construção foi iniciada na década de 1960, não será mais interrompido no inverno. Ele ressaltou que a conclusão livrará o estado do isolamento, possibilitando a interligação dos vales do Acre e Purus à região do Juruá, Cruzeiro do Sul e municípios vizinhos.

O parlamentar destacou a multiplicação de pequenos empreendimentos no Acre, que, segundo ele, vem dando dignidade a milhares de pessoas por meio da geração de empregos. Anibal acrescentou que o go-



O senador afirma que o fim da obra livrará o estado do isolamento

verno estadual vem atuando na capacitação dos pequenos empreendedores e na certificação de propriedades, para que estejam ambientalmente adequadas ao aumento da produção sem práticas agressivas ao meio ambiente.



Walter Pinheiro e Vital do Rêgo (2º e 3º à esq.) na sessão que aprovou classificação de grupos temáticos em quatro áreas

Comissão aprova relatório preliminar do plano plurianual

Planejamento governamental para os próximos quatro anos aponta para gastos superiores a R\$ 5,4 trilhões, sendo 97,5% dos recursos alocados pelo Poder Executivo

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) aprovou terça-feira o relatório preliminar do senador Walter Pinheiro (PT-BA) sobre o Projeto de Lei 29/11, que institui o Plano Plurianual (PPA) para o período de 2012-2015.

O relatório da proposta orçamentária de 2012, que também estava para ser apreciado, foi retirado da pauta depois de um acordo de líderes em busca de consenso sobre os valores das emendas individuais e um possível reajuste para aposentados e servidores do Judiciário. A previsão é a de que essa votação aconteça quarta-feira, dia 9. Dois dias antes, a CMO deve receber representantes de movimentos sociais, que apresentarão suas reivindicações ao relator do Orçamento, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP).

Para o relatório preliminar do PPA, os parlamentares poderão apresentar até dez emendas individuais até o dia 12 de novembro. Cada bancada estadual tem direito a cinco; assim como cada comissão do Senado e da Câmara. O relator do PPA voltou a pedir atenção para que as emendas respeitem os eixos temáticos.

– As bancadas devem trabalhar com temas de caráter nacional, indo ao encontro do espírito do Plano Plurianual – explicou Walter Pinheiro.

O relatório foi aprovado com

Veja os principais números do PPA

ÁREA SOCIAL

- Programa da Previdência Social R\$ 1,4 trilhão
- Programa de Aperfeiçoamento do SUS R\$ 316,7 bilhões
- Programa Trabalho, Emprego e Renda R\$ 248,0 bilhões
- Programas de Educação R\$ 197,6 bilhões

INFRAESTRUTURA

- Moradia Digna R\$ 389,7 bilhões
- Petróleo e gás R\$ 227,7 bilhões
- Energia elétrica R\$ 177,2 bilhões
- Combustíveis R\$ 122,5 bilhões
- Transportes R\$ 117,1 bilhões

DESENVOLVIMENTOS PRODUTIVO E AMBIENTAL

- Programa Agropecuária Sustentável R\$ 211,8 bilhões
- Comércio exterior R\$ 181,2 bilhões
- Desenvolvimento produtivo R\$ 101,6 bilhões

TEMAS ESPECIAIS

- Política Nacional de Defesa R\$ 52,8 bilhões

mudanças. O texto dizia que a inclusão de um novo programa no PPA dependeria de diagnóstico que expressasse a agenda de governo, o que desagradou a parlamentares da oposição. Por isso, a expressão “de forma a expressar a agenda de governo” foi retirada.

– Estamos aqui para representar uma parcela da população que não votou na presidente Dilma. Há muitas políticas públicas que precisam ser corrigidas, além de iniciativas e novos programas – afirmou o deputado Cláudio Cajado (DEM-BA).

O planejamento para os próximos quatro anos, constante do PPA 2012-2015 e expresso nos

programas, metas e iniciativas, aponta para gastos superiores a R\$ 5,4 trilhões – incremento de 38% em relação ao PPA 2008-2011. Estima-se que 97,5% dos recursos sejam alocados pelo Executivo, ficando Judiciário e Legislativo com 2,5%.

O relatório trabalha com quatro áreas que agregam todos os 65 programas temáticos: “Social” (25 programas), “Infraestrutura” (15), “Desenvolvimentos Produtivo e Ambiental” (17) e “Temas Especiais” (8). A área “Social” é a que deve receber mais recursos: R\$ 2,5 trilhões, seguida pelo setor de “Infraestrutura”, com R\$ 1,1 trilhão.

Santiago quer participação popular no Orçamento

Wilson Santiago (PMDB-PB) defendeu a criação de mecanismos que aumentem a voz dos municípios no debate sobre o Orçamento da União e a participação popular nesse processo. O parlamentar apresentou projeto permitindo que as prefeituras ofereçam emenda à despesa na proposta de Orçamento, no valor de R\$ 500 mil, corrigidos anualmente (PLS 661/11).

– A emenda terá que ser elaborada em trabalho conjunto, em todos os municípios brasileiros, com o Executivo – explicou o senador.

Ele ressaltou que, segundo a Constituição, a democracia representativa se compatibiliza com a democracia participativa. E elogiou Porto Alegre, cuja experiência de orçamento participativo ganhou destaque no Brasil e no exterior.



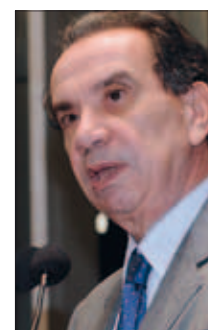
Wilson Santiago defendeu a criação de mecanismos que aumentem a voz dos municípios no debate sobre o Orçamento da União e a participação popular nesse processo.

Aloysio Nunes apresenta projeto sobre ONGs

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) anunciou projeto de lei (PLS 649/11) que cria um marco legal para o relacionamento entre o poder público e as ONGs. Ele disse ter-se inspirado em pronunciamento de Mozerildo Cavalcanti (PTB-RR) sobre as conclusões da CPI que investigou as ONGs e não chegou a votar o relatório final. Aloysio mencionou levantamento do IBGE segundo o qual existiam no Brasil, em 2005, 338 mil ONGs.

– É um universo imenso de gente dedicada a fazer o bem aos outros. Acontece que, nos últimos anos, essa boa ideia acabou sendo pervertida e há um vazio legal, um vazio de normatização – disse.

O senador também desejou pronto restabelecimento ao ex-presidente Lula.



Aloysio Nunes Ferreira anunciou projeto de lei (PLS 649/11) que cria um marco legal para o relacionamento entre o poder público e as ONGs.



José Agripino diz que falhas na prova prejudicaram milhares de estudantes

Para Agripino, MEC não reage às falhas no Enem

O senador José Agripino (DEM-RN) se declarou indignado com os "erros sucessivos" cometidos pelo Ministério da Educação na realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Ele cobrou uma atitude do ministério que leve à punição dos responsáveis pelas falhas no exame.

– O cometimento de erros, que vem prejudicando milhares de estudantes, não tem merecido um posicionamento firme por parte do Ministério da Educação. É preciso identificar os culpados e puni-los de forma exemplar – disse.

Em aparte, o senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) também criticou as "trapalhadas" do ministro da Educação, Fernando Haddad.

Aloysio disse duvidar da capacidade administrativa de Haddad, um dos pré-candidatos do PT à Prefeitura de São Paulo.

Paim afirma que ministro precisa dar esclarecimento

Paulo Paim (PT-RS) leu em Plenário carta em que um médico de Farroupilha (RS) manifesta indignação com a anulação de 13 questões do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O médico é pai de uma estudante.

– Eu entendo a indignação. Ela [a estudante] acertou questões que foram anuladas. Ela vai ser prejudicada. Que esses milhares de e-mails que estamos recebendo sejam um alerta para que esses erros não continuem acontecendo.

Paim disse não ter interesse em "crucificar" Fernando Haddad, a quem classificou de "grande ministro", mas afirmou ser necessário dar respostas ao problema que vem se repetindo nas últimas edições do Enem.

Líder do governo no Congresso elogiou ações sugeridas por Dilma contra crise na Europa, entre elas incentivos aos mercados consumidores internos; ele lembrou que Lula foi criticado por essa política contra crise mundial em 2008

Pimentel diz que é acertada proposta de Dilma ao G-20, de foco no crescimento

O LÍDER DO governo no Congresso, senador José Pimentel (PT-CE), falou, em discurso, da participação da presidente Dilma Rousseff na reunião do G-20 (grupo das 20 maiores economias mundiais, que reúne o G-8, a Rússia e 11 países emergentes).

A presidente chegou ontem a Cannes (França) para o encontro. Ela havia dito que proporia ao G-20, contra a crise na Europa, medidas financeiras de emergência e planos de incentivo ao investimento e ao emprego.

O senador traçou uma retrospectiva da mudança no cenário mundial nos últimos anos, com o fortalecimento de países emergentes em contraposição à crise enfrentada nos países mais desenvolvidos.

– Centrado na busca de uma solução para o problema da

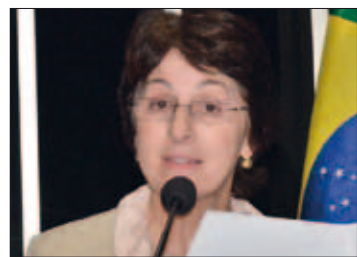


José Pimentel fala da participação da presidente Dilma na reunião do G-20

dívida de países do bloco europeu, o novo encontro do G-20 ratifica uma nova e revolucionária configuração de forças. Países que diminuíram os efeitos da última crise global, como o Brasil, souberam reforçar sua capacidade de pagamento ao estimular, com medidas tempestivas e firmes, os seus pujantes

mercados internos – disse.

Pimentel lembrou as críticas da oposição, durante a crise mundial de 2008, ao governo Luiz Inácio Lula da Silva. Na época, o ex-presidente rechaçou o receituário do Fundo Monetário Internacional (FMI) de práticas econômicas recessivas e optou pelo crescimento econômico.



Senadora aponta criação da Redefac

Ana Rita se solidariza com ex-presidente Lula

Ana Rita (PT-ES) prestou solidariedade e apoio ao ex-presidente Lula e disse que há uma corrente de solidariedade da população, que reza pela rápida recuperação do político.

A senadora lembrou ainda o lançamento, na semana passada, do programa que criou a Rede Nacional de Desenvolvimento e Inovação de Fármacos Anticâncer (Redefac), instituída pelo Ministério da Saúde para estimular a produção nacional de tecnologias terapêuticas inovadoras contra o câncer; diminuir a dependência do mercado externo; e elevar a competitividade da indústria farmacêutica brasileira.

Ana Rita também criticou a mudança na distribuição dos royalties do petróleo, conforme projeto aprovado no Senado e enviado à Câmara (PLS 448/11).



Parlamentar quer reunião com governo

Magno Malta anuncia protestos sobre os royalties

Magno Malta (PR-ES) fez um apelo ao governo federal para que agende reunião de técnicos do Ministério da Fazenda com os governadores do Rio de Janeiro e do Espírito Santo com o objetivo de discutir a questão dos royalties do petróleo.

O senador informou que as bancadas dos dois estados decidiram promover protestos contra a redistribuição definida no parecer de Vital do Rêgo (PMDB-PB), aprovado mês passado. Uma das possibilidades, disse ele, é o fechamento de rodovias como a Presidente Dutra. Magno cobrou da presidente Dilma Rousseff o cumprimento de compromisso feito pelo ex-presidente Lula de não penalizar os estados produtores.

Ao final do pronunciamento, Magno Malta rezou o Pai Nosso pelo restabelecimento de Lula.



Regras para FPE têm prazo, diz senador

Jorge Viana lembra urgência para definição do FPE

O Congresso está correndo contra o tempo em relação ao projeto (PLS 289/11) que reformula o pacto federativo, afirmou Jorge Viana (PT-AC). Ele lembrou decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), de 2010, pela inconstitucionalidade das regras de partilha do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

A tabela de distribuição era provisória e só deveria ter sido usada até 1991, lembrou ele, apontando que a tabela permanente, a partir de 1992, nunca foi editada. Com isso, o STF fixou 31 de dezembro de 2012 como prazo final para a aprovação de lei específica com os novos critérios de partilha do FPE.

– Resta-nos pouco mais de um ano para dar cabo de uma tarefa de grande magnitude e de grande impacto na distribuição das riquezas do país.

O governo, disse o senador, apostou na diversificação de parcerias comerciais, em políticas sociais de geração de emprego e renda e na consolidação do sistema bancário.

Assento permanente

Pimentel disse que não é à toa que o Brasil vem recebendo apoio para seu pleito de assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas.

– Somos postulantes a um assento permanente dentro do Conselho de Segurança, pleito que vem ganhando força e adesão no cenário internacional. Tal reivindicação, mais do que um símbolo do novo status que adquirimos no sistema multilateral, é a afirmação da nova configuração de forças que as nações emergentes vêm desenhando – avaliou.

Walter Pinheiro quer debate sobre pacto federativo

O senador Walter Pinheiro (PT-BA) anunciou ter encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos proposta para a realização de debates sobre o novo pacto federativo. O requerimento foi apresentado em conjunto com os senadores Delcídio do Amaral (PT-MS) e Lindbergh Farias (PT-RJ).

O novo pacto, disse o senador, deve levar em conta a dívida dos estados e municípios; os futuros critérios de distribuição dos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e Municípios (FPM); as mudanças a serem introduzidas pela distribuição dos royalties do petróleo; e as metas do Plano Plurianual 2012-2015.

Walter Pinheiro disse que o Legislativo deve considerar a necessidade de distribuição dos recursos para atender às mais diversas questões municipais.

O senador considera que é possível devolver cada vez mais aos municípios os recursos da arrecadação, vinculando-os a setores como saúde e educação, o que permitiria investimentos mais responsáveis.

Lídice fala do batismo da Baía de Todos os Santos

A senadora Lídice da Mata (PSB-BA) falou anteontem dos 510 anos do batismo da Baía de Todos os Santos. Em 1º de novembro de 1501, a expedição portuguesa comandada por Gaspar Lemos aportou em Salvador para mapear as novas terras, descobertas um ano antes por Pedro Álvares Cabral.

– Um nome [Baía de Todos os Santos] que lhe caiu muito bem porque representa o espírito

do lugar onde se desenvolveria não só a primeira capital do Brasil, mas o recôncavo e, por conseguinte, a identidade do que viria a se chamar Bahia.

Lídice da Mata afirmou que a Baía de Todos os Santos é a maior baía do Brasil e a segunda maior do mundo.

A senadora também falou da construção, pelo governo da Bahia, de uma ponte entre Salvador e a ilha de Itaparica.



Lídice cita expedição portuguesa

Sérgio Souza elogia dez meses de Dilma

Passados dez meses da posse de Dilma Rousseff e nove meses do início dos trabalhos legislativos, o senador Sérgio Souza (PMDB-PR) listou as realizações do Executivo e do Legislativo no período, "muitas vezes obscurecidas pelo noticiário de escândalos, que atrai mais a atenção da população".

O senador elogiou Dilma e sua política econômica, a redução do desmatamento na Amazônia, o programa Minha Casa, Minha Vida 2, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC),

o Plano Estratégico das Fronteiras, a Rede Cegonha, a ampliação da rede de creches e escolas municipais e a criação de universidades federais.

Sérgio Souza falou do trabalho do Senado, que votou temas importantes, como o reajuste do salário mínimo, o Sistema Único de Assistência Social, a Autoridade Pública Olímpica, a Comissão da Verdade e a redistribuição dos royalties do petróleo.

– Ainda temos muito caminho para trilhar até o final do ano – afirmou.